



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1001075-52.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Prestação de Serviços**
 Requerente: **Instituição Paulista Adventista de Educação e Assistência Social**
 Requerido: **Simone Araujo da Silva**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

INSTITUIÇÃO PAULISTA ADVENTISTA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL propôs ação de cobrança em face de SIMONE ARAUJO DA SILVA. Alegou, em suma, ter prestado serviços educacionais à parte, que se encontra inadimplente no montante de R\$ 5.294,73.

Encartados à inicial os documentos de fls. 06/36.

A requerida foi citada (fl. 74) e compareceu à conciliação desacompanhada de advogado, deixando de oferecer contestação (fl. 78).

É relatório.

Fundamento e decido.

O julgamento da lide no estado em que se encontra está autorizado pelo art. 355, inciso II, do Código de Processo Civil.

Trata-se cobrança em razão da prestação de serviços educacionais que encontra lastro no contrato de fls. 55/58; aliás, tendo ocorrido algum motivo para o seu descumprimento, caberia à parte ré, por intermédio de advogado, apresentar a devida contestação, o que não se deu. Assume assim, ainda mais credibilidade a versão inicial, inclusive corroborada por documentos.

Ademais, não se pode fugir ao ocorrido na audiência de fl. 78, na qual a requerida até ofertou o pagamento em parcelas, tudo levando a crer que assume a dívida existente.

Os encargos constantes da planilha de fl. 59 são devidos pela incidência da força negocial dos contratos, vinculando as partes aos termos pactuados.

Diante do exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido inicial, com exame do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Novo Código de Processo Civil, para condenar a requerida a pagar ao autor a quantia de R\$ 5.294,73, com correção monetária a contar do ajuizamento, mais juros de mora de 1%, desde a citação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Por força da sucumbência, condeno ainda a requerida ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios ora fixados em 10% sobre o valor atualizado da condenação.

Oportunamente, archive-se.

P.R.I.C.

MARCELO LUIZ SEIXAS CABRAL

Juiz de Direito
(assinado digitalmente)

São Carlos, 01 de julho de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**